



# CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

## ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

### **LEI N° 198/1952**

Ementa

**AUTORIZA DOAÇÃO, À SOCIEDADE RECREATIVA E BENEFICENTE MOCIDADE JUNDIAENSE, DE ÁREA PÚBLICA DO BAIRRO ANHANGABAÚ, PARA CONSTRUÇÃO DE SEDE SOCIAL.**

Data da Norma

**01/07/1952**

Data de Publicação

**11/07/1952**

Veículo de Publicação

**O Jundiaiense**

Matéria Legislativa

**Projeto de Lei n° 331/1952 - Autoria: Prefeito Municipal**

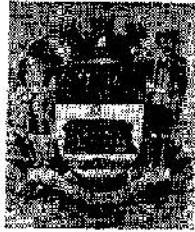
Status de Vigência

**Em vigor**

Observações

**Autor: LUÍS LATORRE (PREFEITO MUNICIPAL)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ



- L E I N° 198, de 1º de JULHO de 1 952 -

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 25 de Junho de 1 952, PROMULGA a seguinte lei: -

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar, sem onus para os cofres públicos, à Sociedade Recreativa e Beneficente Mocidade Jundiaiense o lote de terreno nº 319, situado à avenida Carlos Sales Bloch, no bairro do Anhangabaú, conforme planta que, devidamente rubricada pelo Prefeito Municipal, fica fazendo parte integrante desta lei.

Art. 2º - Da escritura de doação devem constar as seguintes cláusulas:

- a) inalienabilidade do imóvel doado;
- b) Manutenção das finalidades dos estatutos atuais da Sociedade Recreativa e Beneficente Mocidade Jundiaiense;
- c) construção da sede social dentro de doze anos, contados da data da escritura;
- d) cessão gratuita da sede social, quando construída, para realizações públicas de caráter benéfico.

Parágrafo único - A não observância de qualquer dessas cláusulas invalida a doação, perdendo a donatária o direito a qualquer indenização.

Art. 3º - Ficam revogados todos os dispositivos da lei nº. 155, de 12 de novembro de 1 951.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Luis Latorre

LUIS LATORRE  
Prefeito Municipal

Publicada na Diretoria Administrativa, da Prefeitura Municipal de Jundiaí, a 1º de Julho do ano de mil novecentos e cincuenta e dois.

V. Torricelli

VIRGILIO TORRICELLI  
Diretor

# ESTATUTOS DA SOCIEDADE RECREATIVA E BENEFICIENTE

## MOCIDADE JUNDIAENSE.

### CAPÍTULO I

#### Da Sociedade e seus fins:

Art.1º-A Sociedade Beneficiente e Recreativa Mocidade Jundiaense, fundada em 18 de Janeiro de 1947, nesta cidade de Jundiaí Est:SP São Paulo, com sede a rua Bartolomeu de Lourenço nº 200 compõe-se de ineterminado numero de socios, sem distinção de nacionalidade religião ou sexo e credo político e tem por fim:

- a)união, instrução, moralidade, assistencia, diversões esportes jogos permitidos por lei etc.
- b)mantener uma sede social com material para pingue-pongue, bilhar, xadrez e livros infantilizes.

Art.2º-A sua sede e fero são a cidade de Jundiaí; Est:SP São Paulo.

Art.3º-Poderão ser socios as pessoas da idade de 12 anos a 45, gozando de boa saúde, declarada pelo medico social pote meio de atesta do.

Art.4º-Há existem quatro categorias de socios, a saber; fundadores, contribuintes, benemeritos e honorários.

a) são socios fundadores aqueles que tiveram iniciativa Sociedade extinta denominada "Sociedade Jansante Mocidade Jundiaense"

b) são socios contribuintes aqueles que propostas e aceites pela Assembleia ou pelo Conselho pagando a joia de cr\$5,00 bem como a mensalidade de cr\$5,00 mensais.

c) a joia e a mensalidade poderão ser apresentada, ou diminuída de acordo com a situação da sociedade.

d) benemeritos os que associados ou não, sob proposta da Diretoria e aprovação do Conselho tiveram prestado serviços relevantes tal como, donatários no valor igual ou superior a cr\$1.000,00 ou benefícios em prol do maior desenvolvimento da sociedade.

e) honorários os que a juiz da Diretoria com aprovação do Conselho condecoraram para a Sociedade com a importância do cr\$1.500,00 de sua vez.

### CAPÍTULO II

#### Da Administração e seus órgãos:

Art.5º-A Sociedade terá os seguintes órgãos eleitivos e administrativo:

Assembléia Geral;

Conselho Deliberativo;

Conselho Fiscal;

Diretoria.

Parag.1º-As Assembléias Gerais Ordinária realizar-se-ão a bienalmente na primeira quinzena de Janeiro a fin de eleger e empossar o Conselho Deliberativo.

Parag.2º-As Assembléias Gerais Extraordinárias realizar-se-ão sempre que o Conselho Deliberativo abra mão de sua soberania e resolva convocá-las para deliberação e seu critério sobre todas as questões que motivarem a solicitação de convocações o apremia parcialmente.

Art.6º-Haverá um Conselho Deliberativo eleito pela Assembléia Geral Ordinária de todos os socios quites e maiores de 21 anos, composta de 20 membros, dentre os quais 2/3 pelo menos deva ser formado por socios contribuintes, dois terços pelo menos devem ser de brasileiros natos ou naturalizados.

Parag.1º-Conjuntamente com os membros do Conselho serão eleitos cinco suplentes para preenchimento das vagas temporárias ou definitivas.

Parag.2º-O Conselho Deliberativo sera o órgão soberano da sociedade através do qual os socios se manifestarão coletivamente.

Art.7º-Ao Conselho Deliberativo compete:

- a) reunir-se logo após a sua posse para eleger e empossar o Presidente, o vice Presidente da Diretoria.

- b) eleger e empossar o Conselho Fiscal, composto de cinco membros.

e) aprovar os estatutos e eventuais reformas do mesmo  
d) exigir da Presidência da Diretoria, a obrigatoriedade apresentação do  
balanceamento balanço semestral, e um minucioso relatório anual  
de todos os atos e fatos da administração juntamente com o balanço  
**financeiro** correspondente a cada exercício.

e) convocar as Assembleias Gerais Extraordinárias sempre que resoluva  
abrir mão de sua soberania, exclusivamente para tratar de dissolução da Sociedade.

f) deliberar nos casos imprevistos por este estatuto, mas na forma  
que não colidam com a finalidade orgânica do mesmo.

Art:8º- O Conselho Deliberativo se reunirá uma vez por mês, para  
tomada de conta do Presidente da Diretoria, ou a requerimento  
maioria dos sócios contribuintes e quites com a sociedade.

Parágrafo 1º- O Conselho Deliberativo funcionará em primeira convocação  
com a presença de 2/3 de seus membros e em segunda com qualquer  
número.

Parágrafo 2º- O tempo de mandato do Conselho Deliberativo será de dois  
anos, terminando sempre todos os dias 13 de jan. de ultimo ano  
de gestão.

Art:9º- A convocação de suplente para preenchimento das vagas que  
se verificar no Conselho respeitará a ordem de votação e os casos  
de empate prevalecerá a antiguidade no quadro social.

Parágrafo 1º- Verificada alguma vaga no conselho e existindo o numero  
de suplentes, o Presidente do Conselho convocará imediatamente  
uma Assembleia Geral Extraordinária a fim de restabelecer o número  
no conselho e o corpo de suplentes.

Art:10º- O Conselho Fiscal, composto de cinco membros financeiros  
com a prescrição de três membros.

Parágrafo 1º- Compete ao Conselho Fiscal acompanhar a fiscalização e ges-  
tão financeira da administração.

Parágrafo 2º- emitir parecer, autenticados pelo seu elaboradores, sobre  
todos os balanços e balancetes de administração, para julgamento do  
Conselho Deliberativo.

Art:11º- A Diretoria compõe-se de seis membros a saber: Presidente,  
Vice-Presidente, Secretário e 3º Secretário 1º e 2º Tesoureiro.

Art:12º- A Diretoria vota de 2/3 para não haver voto de re-  
sociação de seu Presidente bem como a presidir por los membros mem-  
bros.

A) a eleição e posse do Presidente da Diretoria será sempre na pri-  
meira quinzena de Janeiro.

Art:13º- a Diretoria se reunirá sempre que for convocada pelo Pre-  
sidente, levando-se cada vez uma ata em Livro especial por aquele  
rubricado.

Art:14º- Ao Presidente competem-lhe os atos ordinários de adminis-  
tração:

a) providenciar quanto antes possível, para o melhoramento das insti-  
lações da Sociedade.

b) representar a Sociedade ativa e passivamente, judicial e extra-jur-  
dicialmente. c) Convocar as Assembleias Gerais. d) tomar medidas em  
gentes nos casos omissoes nos estatutos, sujeitando-as à aprovação da  
Assembleia. e) designar, em caso de vagas, na Diretoria, os sócios que  
que se devendo preencher. f) exercer a inspeção geral da Sociedade  
g) assinar comissões de feita e para visitar os sócios morentes e  
outros que se tornarem precisas.

Art:15º- Compete ao Vice-Presidente substituir ao Presidente na sua  
falta e impedimento.

Art:16º- Compete ao 1º secretário a execução de todas as correspon-  
dências da Sociedade, a sua polícia interna, a reunião dos atas, a publi-  
cação de avisos e notícias de interesse social, a organização e ma-  
nutenção do registro de sócios.

Art:17º- A o Segundo Secretário compete substituir ao primeiro.

Art:18º- A 1º Tesoureiro compete arrecadar as rendas da Sociedade  
escriturá-las e depositá-las em estabelecimento bancário designado  
pela Diretoria podendo retirar qualquer importância dos mesmos vi-  
sando os cheques pelo Presidente em exercício.

Art:19º- Todos os pagamentos e verbas serão feitos pelo Presidente  
que os visara.

Art:20º- O Tesoureiro apresentará à Diretoria mensalmente o balan-  
cete da receita e despesas da Sociedade no mês anterior acompanhado  
de todos os documentos e organizará anualmente a prestação de  
contas e o balanços para serem apresentados à Assembleia Geral Ordinária  
depois de submetidos ao parecer da Comissão Fiscal.

Art. 21 - O 1º tesoureiro pode, sob sua responsabilidade, designar um ou mais cobradores para arrecadação das rendas da Sociedade com gratificação até 10% sobre o que for recolhido aos cofres sociais.

Art. 22 - A escrituração da Sociedade será em forma comercial.

Art. 23 - Ao 2º tesoureiro compete auxiliar o 1º e o substituir nos seus impedimentos.

Art. 24 - A Diretoria organizará o regimento interno da Sociedade, podendo modificá-lo quando preciso.

Art. 25 - A Diretoria pode, a seu critério, com ou sem reunião conceder os seus salões para festas, conferências, recepções e concertos a pessoas que solicitarem.

#### CAPÍTULO 3<sup>a</sup>

##### BIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Art. 26 - Depois de um ano de sócio efetivo, terá direito:

- a) em caso de enfermidade, da assistência médica e medicinal;
- b) cirúrgica quando o fundo de caixa permitir a juízo da diretoria;
- c) para receber os socorros da alínea a durante a enfermidade o socio será obrigado a avisar o membro da diretoria encarregado do expediente, que lhe fornecerá o talão para o medico e medicina;
- d) o sócio será visitado por uma comissão de três membros ou por um que represente a mesma designado pelo sr. presidente ou seu substituto, podendo caçar os benefícios desde que seja provado qualquer abuso ou irregularidade.

Art. 27 - Para gozar dos direitos do artigo anterior a alínea, todos os sócios deverão estar quites com a sociedade, e caso contrário perderão o direito de assistência.

Parágrafo único - Para ter o direito do artigo anterior, é permitido o pagamento ate o dia 30 do mês ao invés do dia 10 (dez).

Art. 28 - Para tratamento comum dos olhos terá o sócio assistência médica social e em caso de necessidade de especialista esse tratamento será por conta do associado, bem como os que atacados de molestias venéreas, alcoólicas, por ferimentos em briga por si provocada ou em qualquer esporte.

Art. 29 - No caso de morte de um associado, são obrigados todos os sócios a acompanhar o falecido com exceção dos idosos, bem como os doentes e os que não conseguirem permissão onde trabalham.

#### CAPÍTULO 4<sup>a</sup>

##### DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 30 - O Patrimônio Social é constituído pelos imóveis pertencentes à sociedade e pelos moveis da sede: títulos de crédito, valores dos fundos das rendas e alugueis.

a) o patrimônio social, legados, mensalidade, joias e rendas, serão aplicados no socorro dos sócios, nos termos do presente estatuto.

#### CAPÍTULO 5<sup>a</sup>

##### DA VOTAÇÃO

Art. 31 - A Diretoria em exercício, depois de apresentar

a relação do movimento social do ano anterior, escolhidos no momento, para eleger a nova diretoria, que será eleita por maioria de votos.

## CAPÍTULO 6º

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - A denominação desta sociedade adotada por esta sociedade e os seus fins não poderão de modo algum ser alterada.

Art. 33 - Os sócios da sociedade não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 34 - Julgar-se-á vago qualquer lugar na diretoria sempre que o respectivo titular deixe de comparecer às reuniões daquela por três vezes consecutivas sem motivo justificado.

Art. 35 - A dissolução da sociedade só poderá verificar-se por deliberação da Assembleia Geral.

Art. 36 - No caso de dissolução por não haver número suficiente de sócio, será nomeada uma comissão dentre os sócios existentes que terá o cargo de liquidatária, a qual tratará de pagar os compromissos da mesma doando o saldo existente a uma instituição de caridade puramente brasileira, a juizão da diretoria, ou a uma sociedade congênere.

Art. 37 - Qualquer caso omisso nos presentes Estatutos, será resolvido pela diretoria, em caráter transitório, "ad referendum" da primeira Assembleia Geral que poderá aprovar ou não a resolução tomada.

Art. 38 - Os presentes Estatutos entrarão em vigor na data da sua aprovação pela Assembleia Geral e em consequência a Diretoria providenciara para a criação da personalidade jurídica da sociedade.

Jundiaí, 7 de setembro de 1951

a) Ulysses Costa Santos,  
Presidente.

Vail Carlos,  
Secretário.